RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Quinta-Feira, 12 de Novembro de 2026

MT avança no combate ao crime organizado nas eleições de 2026/ Por Max Russi

Opinião

Redação

A sociedade mato-grossense tem clamado por segurança e pela preservação das instituições democráticas. A Assembleia Legislativa de Mato Grosso recebe com satisfação a notícia da parceria estratégica firmada entre o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) e a Polícia Civil para blindar as eleições de 2026 contra a infiltração do crime organizado — uma resposta concreta a essa demanda.

O acordo institui uma assessoria de inteligência policial dentro do próprio tribunal, demonstrando que as instituições estaduais estão dispostas a enfrentar um dos maiores desafios contemporâneos: a tentativa de organizações criminosas de capturar o poder político por meio do financiamento de campanhas e da eleição de representantes comprometidos com interesses ilícitos.

O corregedor e vice-presidente do TRE-MT, desembargador Marcos Machado, identificou essa ameaça como o principal desafio da Justiça Eleitoral para 2026. “Financiamentos que começaram já nas eleições passadas de organizações para terem representantes em Câmaras Municipais, na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional”, alertou o magistrado.

Os dados revelam a dimensão do problema. Segundo o desembargador Orlando Perri, facções criminosas possuem cerca de 33 mil filiados em Mato Grosso. O estudo “Cartografias da Violência na Amazônia”, de novembro de 2025, confirma que o Estado lidera nacionalmente em municípios sob influência de organizações criminosas: são 92 dos 142 municípios (65,2%) com presença de pelo menos uma facção. O Comando Vermelho atua em 85 municípios, sendo a única organização presente em 71 deles.

Com vigência inicial de dois anos, a força-tarefa atuará na identificação de candidatos apoiados por organizações criminosas, na realização de investigações permanentes e no subsídio a decisões que possam barrar candidaturas comprometidas com o crime. A equipe terá acesso a cruzamento de dados para evitar que o “narcoestado” se instale no Legislativo e no Executivo estadual.

A ministra Cármen Lúcia, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tem alertado para o risco concreto de facções alcançarem esferas estaduais e nacionais do poder. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, reforça essa preocupação ao afirmar que organizações criminosas ameaçam a democracia brasileira.

“Em se tratando de Direito Eleitoral, é impossível que haja um Estado Democrático de Direito no qual as facções [criminosas] concorram com o Estado para determinar o que pode ser feito na área”, declarou Gonet, sintetizando o que está em jogo nas eleições de 2026.

A parceria entre TRE-MT e Polícia Civil representa mais do que uma força-tarefa — é um divisor de águas na defesa das instituições democráticas mato-grossenses. Em um Estado onde dois terços dos municípios sofrem influência do crime organizado, essa blindagem eleitoral não é apenas necessária: é urgente e inadiável.

O desafio está lançado, e a resposta institucional demonstra que Mato Grosso não assistirá passivamente à tentativa de captura do poder por organizações criminosas. A sociedade tem o direito de exigir — e agora pode confiar — que suas instituições estejam unidas e determinadas a garantir que o voto popular prevaleça sobre o poder do crime nas urnas de 2026.

*Max Russi, presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso